

**UMA PEQUENA DIGRESSÃO
SOBRE A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

José Mario Botelho (UERJ e ABRASIL)

botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Considerando os processos de produção de cada uma das modalidades da língua, oralidade e escrita constituem dois fenômenos distintos.

Neste artigo, colocaremos em relevo a linguagem escrita, uma vez que exerce um papel de grande importância no cenário atual. Por isso, o presente estudo enfatizará a ortografia da língua portuguesa, sobre a qual faremos uma breve digressão. A escrita, que não é perfeita, constitui uma convenção e representa certos interesses político-culturais como o de proteção do idioma em si. Não é propriamente a representação gráfica da fala e, portanto, não tem que espelhá-la. Logo, propriedades da fala, como entoação, ritmo, intensidade das vogais, sotaques regionais e outros são praticamente impossíveis de serem reproduzidos na escrita.

Não pretendemos, pois, desprezar a linguagem oral e nem defendermos uma unificação ortográfica da língua portuguesa, apesar de considerá-la necessária. Limitar-nos-emos a apresentar alguns comentários críticos sobre a ortografia da língua portuguesa, o que pode vir a ser elemento de reflexão dos estudiosos e interessados no assunto.

Palavras-chave:

Linguagem escrita. Linguagem oral. Unificação ortográfica. Ortografia.

INTRODUÇÃO

Que a linguagem escrita e a linguagem oral não constituem modalidades estanques, apesar de apresentarem diferenças devido à condição de produção, é um fato incontestável. Contudo, há particularidades de outras ordens que as tornam modalidades específicas da língua.

Tais particularidades são, de fato, elementos exclusivos de cada uma delas, como a gesticulação, por exemplo, na linguagem oral, e a reedição de texto, com apagamento do texto anterior, na linguagem escrita. Também é de fundamental importância observar que a linguagem oral, a qual se efetiva pelo som que os usuários produzem pela boca, chega ao receptor pelos ouvidos, enquanto a lingua-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gem escrita, que se efetiva mormente pela mão dos usuários, chega ao receptor pela visão normalmente (ou pelas mãos, em caso especial). Certamente, as pessoas não escrevem exatamente do mesmo modo que falam, uma vez que se trata de processos diferentes. Essas diferentes condições de produção para usos de diferentes intenções propiciam a criação de diferentes tipos de linguagem, que se agrupam nas duas modalidades da língua. Fatores como: o contexto, a intenção do usuário e a temática são responsáveis pelas diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita, que, nem por isso, são estanques. Logo, considerando os processos de produção de cada uma dessas modalidades, oralidade e escrita constituem dois fenômenos distintos.

Neste artigo, colocaremos em relevo a linguagem escrita, que, apesar de menos complexa que a linguagem oral, é sempre um grande desafio para os estudiosos. Na verdade, o escopo do presente estudo é a ortografia da língua portuguesa, sobre a qual digressionaremos de maneira comedida já que se trata de um breve artigo.

De fato, é de grande importância a escrita de uma língua de cultura como o é o português. A escrita, que eterniza a língua, já que é um registro duradouro, nada tem de perfeito. É uma convenção que, por conseguinte, representa certos interesses político-culturais como o de proteção do idioma em si. A escrita não é, como já se concebeu no passado, a representação gráfica da fala e, portanto, não tem que espelhar o uso oral da língua de uma comunidade linguística em especial. Certas propriedades da fala, como entoação, ritmo, intensidade das vogais, sotaques regionais e outros são praticamente impossíveis de serem reproduzidos na escrita.

Também é muito improvável que se distingam perfeitamente as intenções dos falantes nas suas frases declarativas, interrogativas e interjetivas. Ainda se tivéssemos um sistema ortográfico perfeito que reproduzisse as falas fielmente, também teríamos problemas na leitura de frases expressas por usuários de outra comunidade linguística, uma vez que toda leitura gira em torno de uma leitura de mundo.

Certamente, usuários de uma mesma comunidade identificariam as mesmas características de uma dada expressão. Porém, portugueses, brasileiros e africanos e asiáticos de língua portuguesa sem-

pre vão fazer interpretações diferentes de certas expressões da língua, que se definem dentro de uma mesma cultura.

Portanto, não pretendemos valorizar a linguagem escrita em detrimento da linguagem oral e nem defendermos uma unificação ortográfica do português. O nosso objetivo é tão somente apresentar alguns comentários críticos acerca da ortografia da língua portuguesa, o que pode vir a ser elemento de reflexão dos estudiosos e interessados no assunto.

Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que vem sendo praticado somente no Brasil como período de adaptação, faremos algumas observações sempre que se fizer necessário, mas sem o compromisso de esgotar o tema.

1. A importância de uma unificação ortográfica

Decerto, em todas as línguas a ortografia sempre apresentará dificuldades que não se sobrepujam com nenhuma simplificação, por mais profunda que ela seja, já que é praticamente impossível representar todos os registros falados com um sistema de escrita.

Logo, uma ortografia unificada não implica a unificação do vocabulário da língua e, sobretudo, das expressões dessa língua. Principalmente se considerarmos que a língua é um organismo vivo; logo, dinâmico e mutável por excelência.

No entanto, uma uniformização ortográfica tornaria a comunicação escrita menos conflitante, e o material escrito de um país poderia ser utilizado em outro, apesar das particularidades quanto a uma leitura de mundo. Aliás, problemas de interpretação podem ocorrer até mesmo entre usuários de um mesmo sistema ortográfico, mas quando os sistemas são diferentes, os problemas de interpretação são inevitáveis.

É possível que os países de língua portuguesa entrem em acordo quanto ao uso de uma ortografia unificada, desde que nenhuma seja privilegiada como tem sido nesses pseudoacordos (ou tentativa de acordos) entre o Brasil e Portugal e também nesse primeiro

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Acordo Ortográfico, que ora se estabelece por aqui e, quiçá, em Portugal e nos outros países lusofônicos³⁵.

Uma política linguística, que objetive proteger o idioma com uma reforma ortográfica profunda, a ser obedecida por todos, sem que para isso esta ou aquela comunidade linguística se sinta mais ou menos prejudicada, é deveras necessária. Não só porque os livros de um país poderiam ser lidos em outros, sem que para isso houvesse a necessidade de uma nova edição, em que se fizessem as adaptações convenientes, que são verdadeiras traduções. Mas, sobretudo, porque tornaria a língua mais fortalecida. Uma ortografia única dá à língua certos poderes: possibilita a comunicação diplomática entre os países lusofônicos, aumenta a difusão cultural entre eles, além de se estabelecer como língua de cultura, ampliando o seu prestígio, junto as Instituições Internacionais.

Também há nisso um fator econômico fundamental: as obras brasileiras poderão ser vendidas nos oito países da CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa), fato que muito preocupa o comércio livresco de Portugal e tem sido o causador da resistência que se verifica alhures.

Um outro fator econômico em benefício dos países menos favorecidos poderá ocorrer: poderão receber do Brasil e de Portugal o material didático necessário para o seu desenvolvimento educacional. Quanto a isso, não podemos deixar de lembrar de que no passado o Brasil enviou milhares de livros didáticos para Angola, que não pode usar por não ter o mesmo sistema ortográfico brasileiro.

De fato, uma ortografia portuguesa unificada só trará benefícios a todos os usuários da língua, que aprenderão escrevê-la de uma única forma, onde quer se a use como língua de comunicação. Essa necessidade é muito antiga; vem desde a época de sua utilização do

³⁵ No Brasil, as vinte e uma Bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (proposto em 1990) estão sendo colocadas em prática desde 1º de janeiro de 2009. Esse período de adaptação ou acomodação das novas regras finaliza em 31 de dezembro de 2012, quando passa a ser obrigatório no Brasil, e se inicia o período de adaptação em Portugal, se não houver nenhum problema (ou se a resistência que ora se impõe por lá não persistir). [Oficialmente, iniciou-se a implementação do Acordo, em Portugal, no dia 1º de janeiro de 2010, para ser concluído em 2014. NOTA DO EDITOR]

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

português como língua literária na poesia, primeiramente, depois na prosa artística e em seguida na prosa não artística, quando D. Dinis o oficializou como língua escrita.

Logo a necessidade de uma ortografia portuguesa regular surge com o surgimento da escrita em português. Praticamente, podemos observar duas fases desde o seu surgimento: a arcaica e a moderna – ambas constituem o período histórico da própria língua.

A fase arcaica da língua portuguesa vai do Séc. XII, com o primeiro texto escrito em galego-português, provavelmente a Cantiga da Guarvaya ou da Ribeirinha³⁶, de Paio Soares Taveirós, até o Séc. XVI, quando inicia a fase moderna dessa época histórica do português.

Já nessa fase da escrita da língua, estabelece-se uma verdadeira confusão ortográfica. Num mesmo texto, era possível encontrar uma mesma palavra com mais de uma forma escrita. Em *A Demanda do Santo Graal*, uma novela de cavalaria dessa época, é possível encontrarmos uma determinada palavra (como “porém”³⁷: *porén, per en, per em, per ende, perende, porende, porem*) com grafias diferentes ao longo de uma mesma página, numa flagrante vacilação do escritor quanto à ortografia da língua.

Tal vacilação também se pode observar na seguinte estrofe de uma cantiga, de D. Diniz, o rei trovador:

*mais nunca pudi o coraçom
forças que vos gram nom ouuess'a querer
e **porem** nom dev'eu a lazerar, senhor
nem devo **porend**'a morrer: (D. Diniz, séc. XIII)*

No trecho acima, além das duas formas distintas de “porém” (como lexia simples de natureza conclusiva), podemos observar a

³⁶ A dúvida gira em torno da ideia de que a referida cantiga não tem tal título originariamente, não é exatamente uma cantiga de amor como o querem os livros didáticos, a data fixada de sua efetivação é supostamente 1189 e já se discute até mesmo a sua autoria.

³⁷ Cf. Botelho (2003). Nesse artigo, descrevemos a ocorrências de “porém” em três obras de períodos distintos (Cantigas trovadorescas, *Demanda de Santo Graal* e *Os Lusíadas*) e apresentamos comentários críticos da evolução da referida lexia, que se apresenta primeiramente em forma de locução pronominal conclusiva e acaba assumindo uma forma vocabular e se gramaticalizando como conjunção adversativa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ocorrência de formas diferentes para certas palavras do português moderno.

De modo geral, as palavras com maior incidência de formas diferentes na escrita arcaica são: “minha”, que se apresentava ou como “*mia*”, “*mha*” ou como “*mya*”; “mim”, que se apresentava como “*mī*”, “*min*”, “*mī*”; “rei”, que se apresentava como “*rey*”, “*rrei*”, “*rrey*”; “hoje”, que se apresentava como “*oje*”, “*oye*”, “*oie*”; e tantas outras palavras, que engrossaria uma lista imensa.

Só para se ter noção de como era a ortografia da época, vamos observar uma estrofe duma cantiga de amor de D. Diniz:

*Proençaes soen mui bem trobar,
e dizem eles que é com amor;
mais os que troban no tempo da flor
e non em outro, sei eu bem que non
na tan gran coita no seu coração
qual m'eu por mia senhor vejo levar.* (D. Diniz, séc. XIII)

Pôde-se observar a grafia das palavras com terminações naisais, como em: “*soen, troban, non, gran e coração*”, as palavras com ditongos, como em “*Proençaes, mui e mais*” e a palavra “*mia*”, que hoje têm outra grafia.

De fato, a ortografia dessa época se caracterizava pela arbitrariedade e pelo gosto dos escribas das pseudorregras ortográficas que compunham o seu conhecimento da língua. Mais tarde, convencionou-se um modo de escrever, o qual foi aprovado por lei e se fixou como normas de escrita da língua. Porém, uma irregularidade ortográfica ainda se fazia sentir, uma vez que o próprio sistema ortográfico apresentava irregularidades.

Tal ortografia, com variações gráficas de muitas palavras, se estende até o início do Séc. XVI, quando a língua portuguesa entra em sua época clássica – fase moderna da época histórica. Época em que a escrita se apresenta mais rígida e sistematizada, apesar de ainda haver certas variações ortográficas, como se pode observar nesse trecho da primeira gramática da língua, publicada em 1536:

E não desconfiemos da nossa lingoa porque os homens fazem a lingoa, e não a lingoa os homens. E manifesto que as lingoas Grega e Latina primeiro forão grosseiras e os homens as poserão na perfeição q agora tem. (OLIVEIRA, 1536)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O marco da escrita clássica é a publicação de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, em 1570, embora já tivessem sido publicadas em 1536 a *Grammatica da lingoagem portugueza*, do Pe. Fernão de Oliveira, e em 1539, a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, que já tratavam de ortografia. E desde então, muitas gramáticas normativas e tratados de ortografia foram publicados; embora decepcionantes de modo geral, todas essas obras são importantes registros da história de nossa língua e de sua ortografia.

Muitas foram as inovações introduzidas pelos escritores clássicos, que adotaram inúmeros empréstimos, vindo da Itália, berço da Renascença, que causou um grande impacto cultural em toda a Europa. A língua portuguesa adotou muitos empréstimos do próprio latim, que foram introduzidos por via erudita, quando muitos doutos resolveram, em vão, resgatar o latim. Conseguiram enriquecer o léxico do português tão somente.

2. *Periodização da ortografia da língua portuguesa*

Vimos que, na fase moderna da época histórica, o português já se apresentava estabelecido e diferente do da fase arcaica – galego-português.

Apesar de já apresentar a língua um sistema ortográfico regular, muitas grafias variantes ainda se podiam verificar. Na verdade, a nossa ortografia nunca fora uniforme, exatamente porque sempre teve uma tendência a se orientar pela fonética e se agravou com o cultivo dos clássicos greco-latinos, que despertou nos estudiosos o interesse pela etimologia da palavra. Isso não quer dizer que o estudo etimológico seja desnecessário ou ruim; é que, naquela época, o estudo etimológico não era uma ciência em si, pois dependia muito mais da fantasia e criatividade daquele que se dizia etimólogo.

Podemos observar, por conseguinte, que a história da nossa ortografia divide-se em três períodos: o fonético, o pseudoetimológico e simplificado.

No período fonético, que começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o séc. XVI, a ortografia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

se baseava na pronúncia. A variação gráfica era muito incidente e dificultava a compreensão dos leitores.

Pereira (1932) observa que o sistema fonético consiste em escrever como se pronuncia, como se a palavra escrita fosse a imagem da palavra falada. Entretanto, a inevitável variação na maneira de falar de cada indivíduo já provocava uma falta de uniformidade na ortografia. Daí, o sincretismo na escrita de que se refere o autor:

Este systema, tão preconizado pelos phoneticistas, não offerece, contudo, base uniforme para uma reforma orthographica, vista a grande variedade da pronuncia, de região para região e de século para século. Sendo nelle a palavra escripta a imagem exacta da palavra fallada, a mudança constante da pronuncia determinaria a constante mudança de sua representação (*sic*). (PEREIRA, 1932, p. 102)

No sistema fonético, havia uma maior coerência e uma fidelidade na representação dos grafemas, contudo ocorriam várias formas de grafemas para um mesmo fonema, o que revelava não só a vontade do escrevente, como também o seu conhecimento vacilante da língua. Nunes (1989, p. 193) ressalta o fato de os mesmos sons serem representados por caracteres diferentes. Aliás, no texto da referida citação, muitas palavras comprovam a estranha ortografia daquela época.

O fonema vocálico /i/, por exemplo, era representado por mais de um grafema indiferentemente: “i”, “y”, “j” ou “h” (quando semivogal), como em: *mais, assi, assy, fruyto, mjnas, sabham*³⁸. A nasalidade das vogais poderiam ser representadas por um “m”, “n”, til (~): *omrra, senpre, irmãa, cêa, ùa, ùu*; não raro, por dois acentos (´): *máaos, oméés*.

No emprego das consoantes, também se podem observar particularidades. Havia substituições, emprego duplo, ausência ou acréscimo de grafema(s): *aber/haver, donçela/donzela, pecena/pequena, ffê, deffendeu, aber, omildade, huum, hūua*.

Teyssier (1997) observa que, apesar das incoerências e imprecisões, este sistema se apresentava mais regular e fonético do que o seu substituto – o pseudoetimológico.

³⁸ Cf. Nunes (1989), Coutinho (1976) e Huber (s.d.).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No período pseudoetimológico, que começa no final do séc. XVI e se estende até o séc. XX, quando foi publicado a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, o sistema ortográfico era ainda mais confuso, pois, além das variações fonéticas, muitas palavras ganhavam uma grafia à semelhança do grego ou do latim, numa falsa etimologia.

O Renascimento e a volta da cultura clássica greco-latina, que exerceu grande influência na época, favoreceram a adoção da grafia supostamente etimológica, de cuja origem seria para os pseudoetimólogos o étimo de muitas palavras.

Tal *status quo* subjugou os apaixonados pela cultura clássica, a qual já exercia uma grande influência no português da época; a ortografia de natureza greco-latina tornou-se o modelo da ortografia da língua portuguesa, que praticamente foi sendo desprezada, causando um prejuízo à língua, que teve muitos sons deixados de ser representados, segundo a sua pronúncia secular, conforme ressalta Nunes (*Ibidem*, p. 195-196). De fato, a adoção da ortografia de natureza greco-latina causou uma série de variações na escrita portuguesa; muitas formas estranhas de registrar as palavras (como por exemplo as ocorrências de “*ch*”, “*ph*”, “*th*” e “*rh*”, e o uso de consoantes dobradas) surgiram.

Assim, o sistema ortográfico da época, que já era confuso em virtude das diversidades de formas gráficas de uma mesma palavra por causa da pronúncia, tornara-se caótico e se diversificara cada vez mais, pois cada usuário escrevia praticamente a seu modo para demonstrar um pérfido conhecimento da etimologia das palavras.

No período simplificado, que se inicia em 1904, com a proposta de Gonçalves Viana e se estende até os nossos dias, a ortografia se baseia na pronúncia do Brasil e de Portugal. Logo, havia dois sistemas ortográficos vigentes: o brasileiro e o português.

De fato, nunca existira um padrão uniforme de ortografia entre os escritores da época anterior a Viana; chegavam a ter uma grafia própria. Logo, Almeida Garrett não escrevia da mesma forma que Alexandre Herculano e muito menos que Camilo Castelo Branco.

A necessidade de uma reforma ortográfica já se fazia sentir, porquanto tal situação não podia mais continuar. Muitos se esforça-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ram para uma padronização, mas não foram bem sucedidos. Eis que Gonçalves Viana publica o seu *Ortografia Nacional* em 1904.

A proposta de Viana se concentrava na grafia de um grande número de palavras, que deveria ser aceita caso não se pudesse justificar etimologicamente outra grafia, e prioriza o princípio da simplificação ortográfica. Houve quem reagisse contrariamente, mas lhe faltava uma argumentação segura.

Os princípios básicos da proposta de Viana podem ser assim resumidos:

- 1) eliminação de todos os símbolos de etimologia grega (“th, ph, ch (= k), rh e y”);
- 2) simplificação das consoantes gêmeas, mantendo-se “rr e ss”, intervocálicos, por terem valores peculiares;
- 3) eliminação de consoantes mudas; e
- 4) regularização do uso de acento gráfico.

Percebe-se que o princípio-diretor dessa sábia proposta não é exata e fundamentalmente o fonético, mas sim o simplificado, que se orienta pela pronúncia, mas não despreza a etimologia e o elemento histórico da palavra.

Convém lembrar que todo e qualquer sistema ortográfico é sempre uma convenção. Um acordo ortográfico é, por excelência, o sistema que resulta de uma convenção de natureza político-cultural entre dois ou mais interessados e com igualdade de direito.

Contudo, tal direito, que independe de quantidade populacional ou localização geográfica, logo poderá ser estendido aos outros países lusofônicos, que poderão desenvolver seus sistemas particulares de escrita e reivindicar os mesmos direitos que portugueses e brasileiros acham ter.

Toda convenção ortográfica até então tem sido fundamentada em um dos dois princípios-diretores: o princípio fonético ou o princípio etimológico e o histórico da palavra.

Essa nova proposta (a de 1990), que será o primeiro (des)acordo, se vigorar realmente, não obedece exclusivamente nem ao

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

princípio fonético nem ao princípio etimológico. Ela se orienta pelas prosódias consideradas cultas do Brasil e de Portugal e, por isso, elimina as consoantes mudas e prevê dupla grafia de algumas palavras, que poderão ser praticadas por todos os usuários dos oito países signatários do Acordo. Além disso, não se pode negar que o Acordo estabelece regras claras e objetivas para o uso do hífen, apesar de ter deixado de fazer referências ao uso dos prefixos “co-” e “re-” (o que causa certo transtorno) e de não ter sido esclarecedor em relação a algumas formas compostas. Também se mostrou objetivo nas regras de acentuação gráfica, eliminando alguns acentos de uso inconsistente e o trema, apesar de ter criado certas inconveniências, que poderão ser minimizadas mais tarde com o estabelecimento de um vocabulário oficial.

O Acordo, do jeito que foi proposto (ou melhor, mais uma vez imposto pelos nossos patrícios na época do Projeto), não reflete a real necessidade de uma reforma ortográfica que objetive a unificação da língua.

Esse pseudoacordo ortográfico, que privilegia a modalidade portuguesa, além de não se aproximar de uma necessária reforma ortográfica, apresenta um texto problemático, com trechos ambíguos e outros pouco esclarecedores³⁹.

Há outros problemas nas orientações dessa proposta. Problemas de natureza conceitual e de redação⁴⁰, mas esses poucos casos que eu selecionei nos mostram o princípio norteador da referida proposta, que pretende ser um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que já está em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2007, mas que só passou a ser praticado por aqui desde 1º de janeiro de 2009 e se estenderá até dezembro de 2012, quando Portugal deverá dar início ao seu período de adaptação.

Fica a pergunta no ar: “Até quando os nossos patrícios vão se sentir donos da língua portuguesa, que só no Brasil é usada por mais de 180 milhões de habitantes – praticamente o dobro dos usuários em todo o mundo lusofônico, incluindo Portugal?”.

³⁹ Cf. Botelho (2007, 2008, 2009).

⁴⁰ Cf. *Idem* (2009).

3. *Considerações finais*

Esperamos que o presente artigo tenha deixado claro que a escrita de uma dada língua não constitui propriamente a representação gráfica da linguagem oral que se efetiva no uso cotidiano de uma comunidade linguística.

Vimos que a probabilidade de se distinguir perfeitamente as intenções dos usuários nas suas expressões linguísticas é quase nula e que não há um sistema ortográfico perfeito que reproduza as falas fielmente. Sem dúvida nenhuma, os usuários sempre vão fazer interpretações diferentes de certas expressões de sua língua, em virtude das distintas visões de mundo, que não são fundamentalmente previsíveis.

Em consequência dessa crença, destacamos a linguagem escrita sem preterir a linguagem oral, enfatizando a ortografia da língua portuguesa na comedida digressão que apresentamos.

Também destacamos a necessidade de uma profunda unificação ortográfica do português e expressamos alguns comentários críticos acerca da Proposta de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, embora não fosse o nosso objetivo desenvolver o referido assunto.

Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em si, apresentamos algumas observações necessárias, mas sem o compromisso de esgotar o tema.

Sobre a ortografia da língua portuguesa propriamente dita, que constitui o objetivo do presente estudo, descrevemos a sua periodização, a partir da qual se estabelecem três períodos distintos: o fonético, o pseudoetimológico e simplificado. Aquele, que se efetivou durante a fase arcaica da língua, mostrou-se desastroso, visto que os usuários procuravam escrever como falavam e, como não há regularidade na pronúncia, um sistema ortográfico que nela se baseia é deveras irregular.

O pseudoetimológico, que se estendeu entre o séc. XVI e o séc. XX, já na fase moderna da língua, por sua vez, mostrou-se catastrófico, pois gerou grandes danos no vocabulário da língua, uma vez que se baseava numa falsa etimologia na maioria dos casos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Já o simplificado, que vem se efetivando desde o início do séc. XX, também na fase moderna, norteado pela conveniente proposta de Gonçalves Viana em 1904, mostra-se eficiente e vem cumprindo paulatinamente a função de diminuir as diferenças entre os dois importantes sistemas ortográficos existentes: o do Brasil e o de Portugal, como se pode observar no atual Projeto de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado pelos países da CPLP e que está sendo experimentado por aqui.

Assim, sem a presunção de ter esgotado o assunto, pois ainda há muito que falar a respeito, esperamos ter apresentado subsídios para os interessados na elaboração de novos estudos, que se fazem necessários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, 1998

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.

BOTELHO, José Mario. *A nova ortografia – aspectos positivos e negativos das mudanças, referentes à acentuação gráfica*, 2009.

_____. Consequências (orto)gráficas e morfossintáticas nas nominalizações em português. In: *II SNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009.

_____. Um pouco de história da ortografia da língua portuguesa. In: *Soletas*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009.

_____. A nova ortografia: o que muda com o iminente (des)acordo ortográfico? In: *Anais do IV CLUERJ-SG*, Volume único, ano 4, n. 3, Rio de Janeiro: Botelho, 2007.

_____. Gramaticalização de ‘porém’: uma abordagem funcional. *Cadernos do CNLF*, Ano VI, 08 – Gramaticalização e Estudos de Gramática, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ESTRELA, Edite. *A questão ortográfica: Reforma e acordos da língua portuguesa*. Lisboa: Notícias, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. 14. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GONÇALVES VIANA. A. R. *Ortografia nacional*. Lisboa: [s.l.], 1904.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *A nova ortografia: o que muda com o acordo ortográfico*. São Paulo: Campus, 2008.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

LÍNGUA PORTUGUESA. *Revista*. São Paulo: Segmento, 2007. Ano II, n. 21, julho de 2007.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Minho: Livros Horizontes, 1973. v. I, II e III.

NOVA ORTOGRAFIA OFICIAL. Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971. São Paulo: Formar, 1972.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 9. ed. Lisboa: Clássica, 1989.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

PROJETO DA ORTOGRAFIA UNIFICADA DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1990.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *O novo Acordo Ortográfico: soluções, dúvidas e dificuldades para o ensino*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2008.

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói: Impetus, 2009.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.